

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Acordo de petróleo é histórico, mas de efeito duvidoso	2
Título: Crise já afeta fusões e aquisições	3
Título: Corte o dividendo, o caixa sumiu.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Opep+ anuncia corte recorde na produção.....	9
Título: » Passo atrás	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Acordo estabelece corte recorde de 10% na produção de petróleo.....	10
VEÍCULO: O Globo.....	11
Título: Opep e aliados fecham acordo para corte recorde na produção de petróleo	11
Título: Firjan prevê retração de 4,6% no PIB fluminense a maior desde 2002	12

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/04/2020****Seção: Internacional****Autor: Julian Lee — Bloomberg****Título: Acordo de petróleo é histórico, mas de efeito duvidoso**

Depois de quatro dias de muito drama, o grupo de países conhecido como Opep+, capitaneado pela Arábia Saudita e pela Rússia, finalmente concordou em promover um corte recorde em sua produção de petróleo em resposta ao colapso da demanda desencadeado pelo coronavírus.

O drama ficou a cargo do México, que se recusou a aceitar o corte que lhe foi destinado. Pediu-se ao México que cortasse 400 mil barris/dia de sua produção. O país ofereceu 25% disso.

Um inesperado salvador surgiu na sexta-feira, sob a figura do presidente dos EUA, Donald Trump. Ele propôs um acordo com o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, pelo qual 250 mil b/d da queda “puxada pelo mercado” da produção americana seria renomeada como “mexicana”.

Mas não se deixe enganar: isso não tirou um único barril de petróleo adicional do mercado para além dos que desapareceriam de qualquer maneira devido ao colapso da demanda desencadeado pela covid-19. Finalmente, após um impasse de quase quatro dias com o México, sauditas e russos decidiram engolir a falta de comprometimento dos mexicanos. A alternativa teria sido permitir que os mercados abrissem hoje sem um acordo, sob o risco de uma grande queda dos preços.

A bem da verdade, o acordo da Opep+ é historicamente grandioso em sua magnitude, em vista do tamanho dos cortes. Os 20 produtores participantes reduzirão a produção em 9,7 milhões de b/d, com todos, com exceção do México, diminuindo a produção em 23% por dois meses - maio e junho. Nos termos acertados, a contribuição do México se encerrará ao fim da primeira fase do acordo, quando o país, presumivelmente, terá de sair do grupo Opep+. O corte dos demais 19 países será reduzido para 7,7 milhões de b/d até o fim do ano, e depois para 5,8 milhões de b/d até abril de 2022.

Não se surpreenda se o total oficial divulgado pela Opec+ for ainda maior do que esse. Houve alguma sinalização de que o número oficial poderia ser próximo a 12,5 milhões de b/d, mas isso seria alcançado elevando a base de comparação inicial de produção da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e do Kuwait, países cuja produção havia sido ampliada neste mês, o que deixaria suas

metas reais inalteradas. Isso é cortina de fumaça para dar a impressão de que os cortes são significativos.

O acordo traz dúvidas ainda maiores do que o México. A Rússia, por exemplo, cortará sua produção em 2,5 milhões de b/d ao longo das próximas três semanas. Sério? Igor Sechin, CEO da estatal Rosneft, já era um crítico da modesta contribuição da Rússia nos cortes anteriores. Posso até imaginar sua reação quando lhe disserem que sua empresa precisa cortar a produção em quase 1 milhão de barris diários a partir de 1º de maio.

A contribuição de sexta-feira dos ministros de Energia do G20 - que se seguiu à maratona da teleconferência do Opec+ na véspera - foi no mínimo decepcionante. O ministro da Índia falou em abastecer a reserva estratégica do país, mas não houve novas ofertas concretas do grupo. Com os preços do petróleo no chão, incrementar as reservas faz sentido; e China e Índia já começaram. Mas o espaço de armazenamento é limitado.

O secretário de Energia dos EUA, Dan Brouillette, disse na reunião do G20 que o colapso do mercado de petróleo resultará em cortes em torno a 2 milhões de b/d na produção americana até o fim do ano, sem nenhuma intervenção do governo. Alguns modelos, acrescentou, projetam uma queda de até 3 milhões de b/d. Anteriormente, a Rússia havia rejeitado a validade dos cortes de “livre mercado”, argumentando que uma queda decorrente de falta de demanda não é uma redução de produção. Mas, no fim das contas, capitulou, junto com outros países da Opec+. Não houve menção no comunicado da Opec+ de que o acordo estaria condicionado a ações de qualquer país fora do grupo. Outros produtores, como Canadá, Brasil e Noruega, também dão uma contribuição com cortes de produção “guiados pelo mercado”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/04/2020

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: Crise já afeta fusões e aquisições

A pandemia do coronavírus deu um baque nas transações de fusões e aquisições (M&A) no Brasil e no mundo. Alta volatilidade, isolamento social, incerteza sobre o tamanho e tempo de impacto na economia têm levado vendedores e compradores a rever o ritmo de suas operações e até mesmo sua efetiva realização.

No país, grandes negócios em curso vão ganhar mais prazo para se concretizar, caso da venda de refinarias pela Petrobras e da telefonia móvel da Oi, enquanto outros já suspenderam as tratativas, como a venda dos restaurantes Outback no Brasil e a venda de ativos do grupo de educação Laureate, apurou o Valor. Também estão congelados temporariamente os processos de venda da Echoenergia e dos ativos financeiros da Fosun no país, conforme três fontes.

A projeção da consultoria Alvarez & Marsal, baseada no que aconteceu em crises anteriores, é de queda global de 60% nesse mercado. As contas da consultoria, com base em 2001 e em 2008, representarão uma queda de US\$ 2,4 trilhões em 2019 para pouco menos de US\$ 1 trilhão em 2020. No Brasil, a queda média deve ser de 64% sobre os R\$ 26 bilhões transacionados em 2019, com impacto no tamanho das transações fechadas.

“Comparamos com crises anteriores para ter uma magnitude do impacto em M&A. Os volumes caem de forma geral, mas aumenta o interesse de fundos ‘distressed’”, diz Carlos Priolli, sócio diretor da consultoria. “Com base no histórico, vemos que os volumes tendem a retomar o patamar pré-crise em prazos de três a cinco anos.”

Com administradores focados em salvar as finanças das companhias, em ajudar na sobrevivência de seus fornecedores e não tomar decisões arriscadas, a maioria das transações se torna secundária. Pode ser uma questão de semanas ou de meses, dependendo do ativo e da fase da negociação. “As conversas ainda não assinadas e em fase inicial de diligência tendem a escorregar com mais facilidade, enquanto a empresa que já assinou um contrato após diligência mas ainda não fechou pode demandar renegociação de prazo”, afirma Daniel Carneiro, sócio do escritório de advocacia DC Associados.

A Petrobras, por exemplo, informou aos proponentes da disputa de refinarias que o prazo para as ofertas vinculantes foi estendido em um mês. “Mas com certeza terá nova extensão. O processo vai acontecer por interesse da Petrobras e também dos compradores, que continuam engajados, mas em prazo maior”, diz um executivo que participa do processo.

Situação parecida é a da Oi, em que a venda da telefonia móvel continua sendo necessária para a empresa e estratégica para concorrentes. “É preciso entender que compradores internacionais estão lidando com a crise em seus mercados de origem e em outras subsidiárias, por isso precisam de tempo”, afirma uma fonte. O mesmo acontece com a petroquímica Braskem, que já vinha

encontrando alguns obstáculos societários e setoriais, e com a pandemia dificilmente terá venda concretizada ainda este ano, como pretendido pelos controladores.

O cenário é outro no segmento de restaurante e em educação. A americana Bloomin' Brands, controladora do Outback no Brasil, tinha dois interessados no negócio - a gestora Advent e a concorrente Madero. "Esse negócio morreu. É um segmento que tem sentido forte impacto da crise, o que afasta o interesse da Advent e faz com que o Madero tenha que lidar com seus próprios problemas", diz um executivo. O Madero, que pretendia fazer listagem em bolsa nos EUA, já suspendeu temporariamente o plano, apurou o **Valor**, e demitiu cerca de 600 pessoas. Uma amostra do impacto de preços no setor é o grupo de restaurantes IMC, dono de redes como Frango Assado, Viena e KFC - listado na B3, vale atualmente US\$ 100 milhões, com cerca de 500 restaurantes e receita anual superior a R\$ 1,6 bilhão.

O grupo educacional Laureate tinha lançado processos de venda no Peru e no México e sinalizado intenção de venda no Brasil, em fase incipiente - mas com resultado fortemente ligado a cursos presenciais e foco da administração no balanço da companhia, o processo não vai avançar agora. O mesmo acontece com a venda total ou parcial dos ativos financeiros da chinesa Fosun - a gestora Rio Bravo e a plataforma de investimento Guide. No setor de energia, a gestora Actis também congelou as tratativas para a venda de sua geradora renovável Echoenergia.

"O mercado está sem referência de valores e de potencial de crescimento, que conta fortemente no ânimo do comprador", explica o diretor de um banco de investimento. "Volatilidade alta na taxa de câmbio e na curva longa de juro, como estamos vendo, não ajudam processos de M&A. As empresas ficam menos dispostas a tomar risco e preferem dar um tempo nas negociações", diz outro especialista.

Um dos fatores de postergação de transações, conforme cinco bancos de investimento e duas gestoras de private equity ouvidos pelo **Valor**, é o financiamento. "Para os grandes processos, que dependem de os compradores se financiarem no mercado, fica mais complicado. Os interessados precisam levantar dívida ou equity num momento de custos distorcidos e em que seus conselheiros podem revisar a exposição do balanço", afirma uma fonte. Ele pondera que os bancos comerciais têm liquidez, mas estão mais focados nas

multinacionais brasileiras e em suporte de capital de giro, do que no financiamento de aquisições, principalmente para empresas médias.

Outro executivo de longa carreira em M&A ressalta que os próprios bancos ainda estão fazendo conta. “Os bancos têm pouca visibilidade hoje sobre o efeito no balanço das empresas que eles já financiaram, de onde e quanto virá de inadimplência”. Ele pondera que os resultados corporativos do segundo trimestre ficarão tão fora da curva que será difícil interpretá-los para fim de projeções de balanço e recuperação no médio prazo, tanto para análise bancária quanto para um eventual comprador.

Em transações que seguem de pé, compradores buscam postergar os custos. Na proposta de incorporação da AES Tietê, por exemplo, a geradora de energia Eneva ainda não tem um financiamento firmado com bancos. Conforme um executivo próximo à operação, a questão aqui não seria a dificuldade de acesso a crédito, mas a decisão de não se comprometer de antemão com taxas que, até o prazo final da proposta, podem ficar melhores. “A empresa quer otimizar o custo de financiamento”, diz a fonte.

Bancos e advogados continuam trabalhando em transações de saúde, tecnologia e telecomunicações. Mas, para os especialistas, exceto tratativas de empresas que necessitem de uma movimentação estratégica para sobreviver na crise, poucas transações novas vão surgir no curto prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Raquel Brandão e Juliana Schincariol — De São Paulo e do Rio

Título: Corte o dividendo, o caixa sumiu

Os acionistas da Light esperavam receber neste ano R\$ 315 milhões em dividendos, o mínimo obrigatório previsto em lei e no estatuto da empresa. Mas esses recursos não devem sair do caixa por enquanto. Na última semana de março, a diretoria e o conselho fiscal decidiram reter a distribuição para preservar a saúde financeira da empresa em meio à pandemia de coronavírus.

Não é uma medida comum, mas em tempos de covid-19 passou a ser uma questão de sobrevivência. Ao menos 14 companhias já divulgaram redução ou adiamento do pagamento de remuneração aos acionistas, em decorrência da crise de saúde pública (veja acima).

O tema ganhou contornos políticos na Europa e nos Estados Unidos, onde várias empresas anunciaram a suspensão do pagamento. No Brasil, grandes empresas, como Lojas Renner e Petrobras, cortaram a remuneração pela metade ou adiaram o pagamento para o fim do ano.

Os bancos, tradicionais bons pagadores de dividendos, foram proibidos, na semana passada, de distribuir acima do mínimo pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A intervenção tem como justificativa fazer com que os bancos possam conceder mais crédito para ajudar a manter a atividade econômica.

As companhias não financeiras ficaram livres de imposição similar. A Medida Provisória 931, assinada na semana passada para esticar o prazo das assembleias gerais ordinárias e da publicação das demonstrações financeiras, deixa a decisão do pagamento aos acionistas a cargo da administração da empresa, sem necessidade da deliberação em assembleia - uma proposta defendida pela associação das companhias abertas, a Abrasca.

A MP e deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que se seguiu deram, segundo os advogados ouvidos pelo **Valor**, um fôlego extra para as companhias que estavam avaliando postergar ou mesmo reter a remuneração aos acionistas.

Ao adiarem os prazos das assembleias e balanços, os textos retiraram a obrigação da empresa de deliberar sobre o dividendo mínimo obrigatório e sobre retenções do lucro de 2019 ou o pagamento de dividendos adicionais neste momento, diz João Ricardo de Azevedo Ribeiro, sócio da área de direito societário do Mattos Filho.

Com base na MP, a Unipar Carbocloro, que atua no setor de cloro-soda e derivados, anunciou dividendos de R\$ 41,2 milhões a ser pagos em 22 de abril. Segundo os advogados, o artigo da MP protege os acionistas, mas o momento exige prudência dos administradores ao abrir o caixa.

O sócio do BMA Advogados, Luiz Antonio Campos, diz que as empresas mais suscetíveis aos efeitos da crise não devem mesmo distribuir lucros e é apropriado que o administrador seja responsável pela decisão neste momento. “O voto na assembleia está sujeito a menos escrutínio do que a decisão do controlador ou administrador. O administrador tem uma série de deveres que a lei impõe, como o de lealdade e diligência.”

A retenção do dividendo mínimo obrigatório, como fez a Light, tem base no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ação. “A alocação do dividendo mínimo obrigatório em reserva especial da companhia é uma medida prudente que visa a preservar sua saúde financeira diante das incertezas decorrentes deste

panorama atual”, diz a empresa, no documento de proposta da administração para a assembleia. Procurada, a Light não quis comentar.

O artigo 202 prevê a constituição de reserva especial, como uma alternativa para a retenção dos dividendos a ser distribuídos. Além da Light, a BR Distribuidora propôs a criação de uma reserva especial para reter temporariamente R\$ 533,9 milhões de dividendos adicionais que seriam pagos até junho deste ano.

“Várias empresas vão acabar se utilizando desse mecanismo, mesmo com a extensão do prazo das assembleias pela MP 931, porque há possibilidade de até julho as empresas não terem conseguido identificar os impactos”, conta Clarissa Freitas, sócia do escritório Machado Meyer.

A retenção de dividendos e redução de despesas operacionais fazem parte das medidas que vêm sendo tomadas pelas empresas para preservar o caixa para, entre outros compromissos, cumprir contratos financeiros. “Normalmente há uma trava de índice de liquidez, que, se cair, o banco pode acelerar a cobrança da dívida. Por isso, a necessidade de preservar recursos em um momento de crise”, diz Rafael Villac, do Peixoto Cury.

Para reter os dividendos, a companhia precisa demonstrar que a situação financeira é incompatível com a distribuição, mesmo com resultado positivo.

A Light encerrou 2019 com caixa consolidado de R\$ 1,68 bilhão, mas possui dívidas a vencer no curto prazo no valor de R\$ 1,39 bilhão. Além disso, segundo a empresa, são necessários investimentos para elevar a qualidade do serviço e assegurar a operação com o pagamento de funcionários, prestadores de serviços e compra energia de.

Nesse caso, o conselho fiscal avalia a proposta e dá seu parecer, depois é encaminhada à CVM uma exposição justificativa, explica João Ricardo, sócio do Mattos Filho. Os dividendos retidos devem ser pagos tão logo a empresa normalize sua situação financeira ou podem ser absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Há também a possibilidade de deliberar sobre o pagamento e suspendê-lo posteriormente. Em 2003, o colegiado da CVM julgou regular a suspensão de pagamento de dividendos da Eletropaulo. Ao perceber que a saúde financeira piorava, a empresa convocou assembleia extraordinária para propor o não pagamento do que havia sido aprovado na reunião ordinária.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/04/2020****Seção: Economia****Autor: ANDRÉ MARINHO, COM REUTERS****Título: Opep+ anuncia corte recorde na produção**

Após impasses, países chegam a acordo para uma redução de 9,7 milhões de barris por dia para sustentar preços

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) concordou ontem com um corte na produção em volume recorde para sustentar os preços do óleo em meio à pandemia do novo coronavírus. O grupo superou o impasse com o México e definiu redução de 9,7 milhões de barris por dia (bpd) em maio e junho. Segundo fontes, os mexicanos diminuirão a produção em 100 mil bpd e a Opep+ espera que Brasil, Canadá e Estados Unidos contribuam com um corte de 3,7 milhões de bpd.

O pacto encerra a guerra de preços entre Rússia e Arábia Saudita, que derrubou as cotações da commodity, em meio à queda na demanda por conta do coronavírus. Os países vão continuar diminuindo gradualmente os freios à produção por dois anos, até abril de 2022. Isso se deu porque as medidas adotadas para conter a disseminação do coronavírus destruíram a demanda por combustível e reduziram os preços do petróleo, pressionando os orçamentos dos produtores e prejudicando a indústria de xisto dos Estados Unidos, que é mais vulnerável a preços baixos devido aos seus custos mais altos.

O secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), Mohammed Barkindo, classificou o acordo de “histórico”. Ele confirmou que os ajustes na produção serão os maiores da história, tanto em volume quanto em duração. “Estamos testemunhando o triunfo da cooperação internacional e do multilateralismo, que formam a essência dos valores da Opep”, disse, acrescentando que o mercado virou uma página histórica.

Ele também destacou que o pacto abriu caminho para uma aliança global com participação dos países do G-20. Já o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, saudou a Opep+ pelo acordo. Pelo Twitter, o republicano disse que o pacto salvará “centenas de empregos” no setor de energia americano. Trump também parabenizou o presidente russo, Vladimir Putin, e o rei saudita, Salman bin Abdulaziz Al Saud. “(Foi um) ótimo acordo para todos”, escreveu Trump.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/04/2020****Seção: Colunas****Autor: LETICIA PAKULSKI, CLARICE COUTO, ISADORA DUARTE e JULLIANA MARTINS****Título: » Passo atrás**

Coluna do broadcastagro

. A União Nacional do Etanol de Milho (Unem) já considera queda no esmagamento de milho para produção de etanol em 2020/21. Com a quarentena para conter a covid-19, o consumo de combustíveis caiu e usinas reveem planos, diz Guilherme Nolasco, presidente da Unem. A maioria conta com altos estoques e, mesmo que a demanda seja retomada no curto prazo, o que deixou de ser consumido não será recuperado, avalia.

» Devolve. A Unem esperava processar, na safra 2020/21, 7 milhões de toneladas de milho e produzir 2,9 bilhões de litros de etanol. Na temporada passada, foram 6 milhões de toneladas do cereal. Nolasco diz que, se os preços do grão continuarem altos, as empresas poderão “diminuir a produção e colocar milho no mercado”. Na prática, elas já vêm vendendo o cereal, segundo corretores de diversos Estados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/04/2020****Seção: Mercado****Autor:****Título: Acordo estabelece corte recorde de 10% na produção de petróleo**

DUBAI E LONDRES- A Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), Rússia e outros países produtores do óleo concordaram neste domingo (12) com um corte recorde de 10% na oferta global, como alternativa para sustentar os preços durante a crise do coronavírus.

A redução é quatro vezes maior do que a praticada na crise financeira de 2008.

No maior corte na produção de petróleo de todos os tempos, os países continuarão diminuindo gradualmente os freios à produção até abril de 2022.

O acordo foi fechado em uma videoconferência. Entendimento entre Rússia e Arábia Saudita, além de a concordância do México, que vinha resistindo ao corte, foram fundamentais.

O grupo, conhecido como Opep+, fez acordo para suspender a produção em 9,7 milhões de barris por dia (bpd) em maio e junho.

Medidas para conter a disseminação do coronavírus destruíram a demanda por combustível e reduziram os preços do petróleo, pressionando os orçamentos dos produtores de petróleo e prejudicando a indústria de xisto dos Estados Unidos, que é mais vulnerável a preços baixos devido aos seus custos mais altos.

“O grande acordo com a Opec+ está feito. Isso salvará centenas de milhares de empregos nos Estados Unidos”, escreveu Trump no Twitter, agradecendo o presidente russo, Vladimir Putin, e o rei Salman, da Arábia Saudita, por terem viabilizado o acordo.

O Brasil não faz parte do grupo, mas a Petrobras, que é controlada pela União, já reduziu sua produção em 200 mil bpd, o que representa 20% do total das exportações de petróleo do país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/04/2020

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Opep e aliados fecham acordo para corte recorde na produção de petróleo

LONDRES E RIO- Os principais produtores de petróleo do mundo conseguiram fechar um acordo histórico para cortar a produção do barril e pôr fim a uma guerra devastadora de preços. Após uma maratona de conversas bilaterais realizadas ao longo de uma semana e de quatro dias de videoconferências com ministros de governos do mundo todo — incluindo os integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e as nações do G-20 —, um acordo finalmente foi alcançado para lidar com o impacto da pandemia de coronavírus na demanda por petróleo.

Opep e aliados vão cortar 9,7 milhões de barris diários — pouco abaixo da proposta inicial de 10 milhões de barris. Estados Unidos, Brasil e Canadá vão contribuir com outros 3,7 milhões de barris, já que suas produções estão em declínio.

As conversas quase fracassaram por causa da resistência do México, e o país vai contribuir com um corte de apenas cem mil barris diários, menos do que seria a sua cota proporcional.

O corte, que representa 10% do fornecimento mundial, tem por objetivo segurar a queda dos preços do petróleo que resultou da diminuição da demanda, por causa da pandemia de coronavírus.

De acordo com analistas, nas últimas semanas a demanda mundial sofreu uma redução entre 15 milhões a 20 milhões de barris diários de petróleo, sendo que só a gasolina está com uma queda na ordem de 20%. Isso tem feito os preços do petróleo ficarem abaixo de US\$ 30 o barril nas últimas semanas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/04/2020

Seção: Economia

Autor: PEDRO CAPETTI

Título: Firjan prevê retração de 4,6% no PIB fluminense a maior desde 2002

Economia do estado é afetada pelo aumento de casos de coronavírus e pela queda no preço do barril de petróleo

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus e a queda de mais de 50% do preço do barril do petróleo devem levar a economia do Estado do Rio a uma queda de 4,6% este ano, segundo levantamento da Gerência de Estudos Econômicos da Firjan. Se confirmada, será a maior retração do Produto Interno Bruto (PIB) fluminense desde 2002, início da série da Firjan.

A projeção leva em consideração o período de isolamento dos que podem ficar em casa por três meses. A indústria sofreria o maior baque, com queda de 5,3% este ano, na comparação com 2019. Outros setores, como serviços, podem cair 4,3%. Já a agricultura, menos afetada, teria encolhimento de 1%.

Os números indicam que a crise do Rio poderá ser maior do que a dos demais estados. Além do impacto na arrecadação de impostos, como ICMS, sentida nos caixas de todos os governadores com as restrições no consumo, o estado enfrenta a desvalorização do barril do petróleo, commodity com forte relevância na estrutura produtiva local e nos cofres públicos. Em 2019, parte da recuperação da economia fluminense foi puxada pela indústria extrativa de óleo e gás.

— Os números mostram que não é mais uma questão de saber se os estados vão ficar ingovernáveis, mas quando. É preciso atacar este problema imediatamente, para que não tenhamos a economia brasileira se transformando em uma areia movediça, de onde todos tentam sair, mas, na prática, ninguém consegue — afirma Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan.

A mudança de cenário ocorre no momento que a economia fluminense esboçava uma gradual retomada, após amargar perdas de 8% do PIB no triênio entre 2015 e 2017. Setores como serviço e comércio começaram a registrar, no ano passado, um início de retomada mais consistente.

— Estávamos no processo de religar o que havia sido desligado. O que temos observado é que apresentaremos um cenário de retração muito forte e vamos ter um processo de recuperação lento — explica Jonathan Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Firjan.

As projeções indicam que o impacto do novo coronavírus será maior no segundo trimestre, mas sentido durante todo o ano. Para Goulart, a retomada da economia terá formato gráfico de “U”. Em outras palavras, isso significa uma queda forte, seguida de um período que pode ser mais curto ou mais longo de estagnação, para, somente mais tarde, voltar a crescer.

REGIME DE RECUPERAÇÃO

O efeito prolongado, no entanto, preocupa gestores estaduais. O impacto nos indicadores de emprego, são incertos, podendo levar a queda na renda das famílias e aumento da pobreza. Antes da pandemia, a economia fluminense já vinha com taxa de desemprego de 13,7%, 2,7 pontos percentuais acima da média nacional, de 11% no trimestre encerrado em dezembro.

A arrecadação de impostos que incidem sobre o consumo, bens e serviços também será prejudicada. A Firjan estima que haverá queda de 21% na arrecadação de ICMS, resultando em R\$ 11 bilhões a menos do que estava previsto no Orçamento. Essa diferença equivale a mais de três vezes a frustração de recolhimento de royalties e participações do petróleo, de R\$ 3,2 bilhões.

Os efeitos já estão sendo sentidos no caixa estadual. Como mostrou o GLOBO na última semana, a previsão de rombo nos cofres do Estado do Rio saltou para R\$ 25,7 bilhões, R\$ 15,7 bilhões a mais que o déficit estimado antes da chegada da Covid-19.

Para Goulart, a mudança da previsão reforça a necessidade de renovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Antes da pandemia, o Rio negociava para estender o vencimento das parcelas do programa, que voltariam a pesar no caixa em setembro: — Em condições normais, já precisaria ser prorrogado. O cenário é bem diferente do que tínhamos antes, isso deixa claro que os estados estão com a mão amarrada.

Em uma rede social, o governador Wilson Witzel (PSC) afirmou que, apenas para fortalecer a rede estadual de Saúde, é necessário um repasse de R\$ 1 bilhão. O

governo avalia que, se não receber socorro financeiro da União, terá problema de caixa em 60 dias.

Isso poderá, segundo Goulart, impactar o pagamento dos servidores estaduais e as ações de combate à pandemia. Algo que Minas Gerais, outro estado em grave situação fiscal, já enfrenta. A estimativa da Firjan é que a despesa com pessoal chegue a 84% da Receita Corrente Líquida em 2020. Em 2019, foi de 66%.

— Sem aportes do governo federal, o Estado do Rio corre o risco de ter crise mais grave que a de 2018. As políticas pensadas antes não se encaixam no momento atual, é algo maior que o Plano Mansueto (de socorro a estados e municípios) — diz Goulart.

Para o economista, os recursos hoje estão voltados ao pagamento de folha e para as ações de combate à pandemia.

MME / ASCOM .